Podcast Direitos Humanos no Brasil – Episódio 8
Transcrição

Música

Daniela Stefano: Olá, bom ter você aqui! Eu sou Dani Stefano e apresento o podcast que celebra os 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.Também comemoramos 25 anos da publicação do livro Direitos Humanos no Brasil. As pessoas que fazem parte desta história compartilham memórias e análises sobre diversos temas em relação à defesa de direitos e à construção de justiça social no Brasil.

Abertura com Sergio Marone

Ariomara Alves: Se você pegar um mapa e olhar onde tem comunidades tradicionais, você vê que onde elas estão, está tudo preservado, verdinho, bonito, porque elas são guardiões dali, Esses povos, essas comunidades tradicionais têm um papel fundamental, elas que estão mantendo as florestas em pé

Maurício Correia: E essas comunidades vão dizer assim, olha, mas eu nasci aqui, meu pai nasceu aqui, meu bisavô nasceu aqui e meu tataravô também. Então como é que alguém chega de fora dizendo que é dono?

música

Dani: Ariomara Alves, da coordenação do Coletivo de Comunidades e Povos Tradicionais do Cerrado, e o advogado Mauricio Correia, assessor jurídico da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e são os convidados do episódio 8 do podcast Direitos Humanos no Brasil

música

Dani: Ariomara Alves é da Coordenação do Coletivo de Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado, no Piauí. Mara, você é da comunidade Barra da Lagoa no município de Santa Filomena, que fica no Cerrado do Piauí. Você pode descrever um pouco a sua comunidade e contar como a sua família chegou em Barra da Lagoa?

Mara: Minha mãe foi criada na Barra da Lagoa, ela nasceu e se criou ali. Depois, nos 20 anos dela, meu pai veio de outra cidade, ele veio do Canto do Buriti, conheceu ela, se casou e continuaram morando ali. Ea gente nasceu e se criou ali também. Nós somos 11 irmãos. .A nossa comunidade hoje é composta por 12 famílias, a gente vive perto de dois brejos e de um rio. As comunidades elas costumam ir para perto das águas porque a água é a vida e a gente precisa dela. A gente usa da água desses brejos e desse rio para beber, para cozinhar, para fazer tudo, além de usar o rio para pegar o peixe, o alimento também para pegar o buriti, porque tem o buritizal lá, que é uma fonte de renda das mulheres da comunidade Então, a gente se identifica como ribeirinho brejeiro por a gente viver ali nas margens e usufrui deles dois.

Música

Mara: Meus bisavós, meus avós morava ali., tinha a minha bisavó e seus filhos, eu ainda lembro direitinho, a gente foi criada ali, vivendo junto com eles, e tinha um modo de vida tradicional viviam da beira do rio, das roças, a gente teve uma infância onde a gente conseguia viver tudo isso.. A gente tem uma maneira harmoniosa de relacionar com o meio ambiente, também o trabalho coletivo das comunidades, onde uma pessoa ajudava a outra na produção das roças,até hoje, na colheita, no plantio, esse trabalho é feito revezando. A gente ajuda um, um dia vai para um, outro dia vai para outro, e isso foi uma coisa que foi passando de geração para geração e hoje a gente ainda continua com essa maneira. Sobre plantios, a gente tem uma coisa que a gente fala plantar na capoeira. A capoeira a gente faz a roça e depois deixa

ela lá descansar por um tempo se refazer vai plantar em outro lugar, depois volta novamente para esse lugar. E também as nossas roças, elas são plantadas com vários alimentos, por exemplo, o arroz, o milho a fava, a mandioca. Então, a gente faz essa junção de plantações numa roça só. E também tem a questão de viver coletando os frutos da natureza fazendo a pesca, tirando o mel, então a gente viveu isso e até hoje tenta manter esses modos de vida mesmo sendo prejudicado pelo agronegócio.

Música

Dani: Você é da coordenação do Coletivo de Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado. Como se formou e como é composto o Coletivo de Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado?

Mara: O coletivo dos povos e comunidades tradicionais do Cerrado do Piauí, ele nasceu da necessidade urgente da organização dos povos para articular força diante das ameaças do agronegócio, as ameaças aos territórios e aos modos de vida. Após o encontro que teve em 2018,no mês de dezembro-foi oficialmente criado um coletivo, com o objetivo de unir essas comunidades no enfrentamento aos conflitos e às violações de direitos. O coletivo é formado por 15 territórios e 24 comunidades. Dentre as tradicionalidades, nós temos ribeirinhos, brejeiros, ribeirinhos brejeiros, quilombolas, indígenas e assentamentos da reforma agrária. Então, é uma rede horizontal, colaborativa,baseada na escuta, no respeito às identidades e na força da ancestralidade. Nós sofremos as mesmas violações de direito, mesmo sendo identidades diferentes. O que nos atinge hoje é o agronegócio. E aí a gente se une nesse coletivo para lutar pela permanência em nossos territórios.

Música

Dani: Que tipo de impacto as comunidades enfrentam após a chegada do agronegócio?

Mara: Aqui a gente vive onde é considerada a última fronteira agrícola, isso significa que as nossas matas ainda estavam preservadas, e a gente assistiu esse avanço do agronegócio, chegar aos correntões, derrubar, e aí isso impacta as comunidades. A partir desse desmatamento, vem a contaminação das águas das lavouras, vem a invasão aos territórios. A chegada do agronegócio aos territórios provocou transformações profundas. As comunidades passaram a enfrentar o desmatamento acelerado, a grilagem de terra, a contaminação das águas por agrotóxicos, a perda da biodiversidade e o comprometimento dos seus modos de vida. Além dos danos ambientais, também houve o aumento dos conflitos por terra, das ameaças, um ataque direto à cultura, à autonomia e à dignidade dos povos que vivem e cuidam do cerrado há gerações.

Dani: Em 2023 foi lançado um dossiê sobre os agrotóxicos nas águas do Cerrado, exatamente em consequência da expansão do agronegócio na região. Você pode explicar o impacto dos agrotóxicos nos territórios?

Mara: Os monocultivos ficam na parte de cima do cerrado, na parte plana. E as comunidades elas estão na baixada. As comunidades elas estão ali perto das águas dos brejos, dos rios. Com essa destruição em cima, as comunidades é quem sofre. Vem a contaminação quando eles usam os agrotóxicos no período da chuva, desce tudo para os brejos, para os rios. Também tem a aplicação aérea que a gente já teve casos nas comunidades de lavouras serem queimados por o veneno. E aí, esse cenário compromete não apenas a saúde das pessoas e dos animais que usam dessas águas, mas também todo o equilíbrio ecológico da região. O impacto é devastador, surgem doenças, aumento de casos de intoxicação, ele aprofunda também as desigualdades, o acesso à água limpa que é um direito básico E também ele muda

a maneira das comunidades de plantar suas roças, porque elas estão sendo impactadas, as frutas também, elas pararam de produzir, muitas morreram no caso das laranjas estão morrendo, porque quando esses venenos são usados muito próximo das comunidades, impacta essas comunidades que não fazem uso desse veneno.

Música

Dani: Como o coletivo se organiza para garantir os direitos das comunidades?

Mara: Nossa luta maior é pelo título coletivo da terra para a garantia dos direitos, para a segurança jurídica p ara a gente ter mais força, mas diante da luta que ao longo desses anos, eu também percebi que a gente tem outros objetivos também, que é a permanência no nosso território, nossos modos de vida. O coletivo se organiza de uma forma autônoma, popular, enraizada no território. Suas ações partem da vivência das próprias comunidades e são guiadas por princípios de escuta de coletividade, fortalecimento de identidade também coletiva e a gente tem algumas estratégias para fazer esse enfrentamento, a gente tem os encontros, formações políticas, incidência, audiências públicas, articulação com rede de apoio e organizações parceiras, que são fundamentais para a nossa luta. O coletivo atua para proteger os direitos territoriais culturais, ambientais e sociais dos territórios. E o coletivo além de denunciar as violações, ele também propõe um caminho de resistência né, vida digna e bem viver.

Música

Mara: Se você pegar um mapa e olhar onde tem comunidades tradicionais, você vê que onde elas estão, está tudo preservado, verdinho, bonito, porque elas são guardiões dali, elas cuidam, elas sabem que elas precisam das plantas medicinais das árvores, da água, do solo, porque ali é onde vai estar a subsistência desses povos. Então, hoje, até a questão climática, e esses povos essas comunidades tradicionais Têm um papel fundamental, elas que estão mantendo as florestas em pé, elas que estão cuidando. Então, é fundamental que essas comunidades esses povos continuem vivendo em seus territórios, cuidando do cerrado, protegendo, porque vai estar contribuindo para toda a humanidade.

Música

Dani: Você está ouvindo Direitos Humanos no Brasil, um podcast em comemoração aos 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. A 25ª edição do livro Direitos Humanos no Brasil pode ser lida e baixada em www.social.org.br.

Música

Dani: O advogado Maurício Correia é assessor jurídico da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e doutorando em sociologia e direito na Universidade Federal Fluminense. Maurício sua primeira atuação como advogado popular foi em Monte Santo, na região centro-norte da Bahia.E nessa região ocorreu a Guerra de Canudos, em 1897. Você chegou lá em 2008. Qual era o cenário para as comunidades tradicionais?

Maurício: Eu chego lá por meio de um projeto de extensão, estava finalizando a graduação, e esse projeto de extensão era para prestar assessoria para comunidades tradicionais de fundo de pasto, que são comunidades que fazem uso comum do território da Caatinga para a criação de caprinos, bodes, cabras e também para o extrativismo vegetal, umbu, licuri, entre outros. Uma rede de solidariedade muito forte também, um cuida do animal do outro. Então também uma região dentro do semiárido, uma região muito seca, que chove menos até do que outras regiões do semiárido. Então, esse modo de ocupação que remonta certamente a cerca de 200 anos, relacionado ali à sociedade dos vaqueiros, que conseguiam montar seus próprios

rebanhos e criar uma certa independência. E eu fiquei bastante impressionado com a forma de ocupação quer dizer, você não tinha cercas nesse território, e por não ter cercas e por não ser desmatada, essas áreas acabavam também se tornando alvos desses grileiros

Música

Mauricio: Cheguei lá haviam 15 dias que tinham sido assassinadas três lideranças de comunidades de fundo de pasto, então os grupos estavam muito abalados com esses assassinatos, todos relacionados a um processo que as comunidades, especialmente a partir dos anos 2000, vem um movimento forte de grilagem de cercamento dessas áreas. Por um lado a gente tentava estancar esse processo de violência, responsabilizar, os mandantes e executores desses crimes bárbaros políticos, mas também de um outro movimento de trabalhar pela demarcação e titulação desses territórios. Terras que são patrimônio público, que não estão identificadas nem arrecadadas pelo Estado, mas que são ocupadas tradicionalmente Então, aqueles que ocupam essas terras tradicionalmente eles têm o direito à preferência, eles têm o direito à destinação dessas terras. Então, foi uma experiência que de imediato me trouxe esse conjunto de desafios que faz parte dessa luta por território por água, pela reforma agrária, pela soberania alimentar.

música

Dani: Desde 2011, você atua na defesa jurídica de comunidades tradicionais na região do Matopiba, onde se encontra o Cerrado dos estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Como a expansão do agronegócio estimula a grilagem de terras e o desmatamento na região?

Mauricio: No oeste da Bahia somente na bacia do rio Corrente, onde você tem as chapadas nós identificamos 1 milhão e meio de hectares que foram apropriados ilegalmente por meio de processos de fraude,. 1,4 milhões de hectares significa oito vezes a cidade de São Paulo. Então, é uma dimensão bastante significativa, que foi apropriada por sete, oito grupos empresariais. As comunidades muitas vezes só iam perceber que aquela terra havia sido registrada ilegalmente no momento em que o trator chegava para desmatar ou no momento em que colocavam fogo na casa ou nos ranchos que essas comunidades utilizavam, ou nas roças. E hoje, basicamente, as comunidades em toda a região Matopiba estão brigando pelos vales que é onde geralmente estão as residências, onde estão os brejos, aquela agricultura,usam essas áreas de brejo para essa produção da agricultura de subsistência, comercializando o excedente, então abastecem as feiras dessas regiões. Mas quando elas perdem as chapadas, As coisas vão ficando muito mais difíceis, porque o gado nesse contexto, é uma espécie de poupança. Então, se alguém fica doente, você vende alguns animais e você consegue deslocar essa pessoa até um lugar onde pode ter um tratamento de saúde, só para dar um exemplo. Se você retira isso, você empobrece essas famílias.

música

Dani: Como a organização de base e a advocacia popular são articuladas para defender os direitos das comunidades no Matopiba?

Mauricio: Eu acho que tem nessa região um problema muito grave de acesso à justiça por esse conjunto de comunidades. Precisaria ter muito mais advogados e advogadas populares. Porque, muitas vezes, o Estado não tem uma política pública sequer para a identificação dessas comunidades. Normalmente elas começam a ser notadas em situações de conflito. As comunidades querem muito defender o seu território, elas querem muito permanecer ali. E essas comunidades vão dizer assim, olha, mas eu nasci aqui, meu pai nasceu aqui, meu bisavô nasceu aqui e meu tataravô também. Então como é que alguém chega de fora dizendo

que é dono? Mas quando elas estão nesse nível de resistência, com muita vontade de fazer, elas vão se organizar, vão fazer reuniões, vão fundar uma associação se ainda não houver, vão receber o apoio das pastorais, vão receber o apoio de outros movimentos sociais ou vão se integrar a outros movimentos sociais.

música

Mauricio: A gente tem redes como a RENAAP, que é a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares que é uma referência nisso, um ponto aglutinador dessa advocacia popular, no sentido de trocar essas experiências, muitas vezes os advogados e advogadas são ameaçados também, então essa atuação em rede é fundamental. Nós também achamos fundamental você ter uma linha de ação que envolva educação jurídica popular, os princípios do Paulo Freire inspiram muito essa educação jurídica popular, construir junto, fazer com que as pessoas percebam que, na verdade, elas sabem muita coisa. Então, para tomar essas decisões, essas comunidades precisam estar bem informadas sobre o que está em jogo, justamente para que elas possam, com o máximo de autonomia possível, escolher qual o caminho que elas acham que é mais adequado.

Dani: Atualmente você atua como assessor jurídico da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos junto ao Coletivo de Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado, no Piauí. A defesa jurídica tem como objetivo a titulação dos territórios e a preservação do Cerrado. Como esse trabalho fortalece a organização das comunidades para a conquista dos direitos?

Maurício: Maior parte do desmatamento feito no cerrado do Piauí, começou no ano 2000, é um processo muito recente. Então, as comunidades foram ficando encurraladas e perceberam que precisavam se articular. Dessa articulação já rendeu muito fruto, com apoio também da CPT, da própria Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. Em 2017, houve uma caravana muito importante com diversos órgãos, o Ministério Público Federal, na qual foram identificadas diversas violações de direitos e de perda territorial dessas áreas que eram ocupadas tradicionalmente por comunidades ribeirinhas, brejeiras, indígenas, do povo Akroá Gamella. A assessoria jurídica nesse contexto é justamente para a gente tentar identificar do ponto de vista institucional aonde estão os obstáculos, o que está impedindo que essas comunidades acessem os seus direitos. Então a gente tem um processo de judicialização muito forte de grileiros contra essas comunidades. A gente precisa acompanhar os processos que são de denúncias de desmatamento, que também, frequentemente é muito forte. A gente precisa também olhar a questão criminal, pessoas que estão ameaçadas. Então, como a gente pensa a questão de uma segurança integral, pensando numa segurança a coletividade.

Música

Mauricio: Eu acho que a gente consegue contribuir no sentido de tornar a luta institucional dessas comunidades mais eficientes, mais eficazes. O nosso trabalho técnico bem feito dificulta muito as ações de violações do outro lado.Os casos de vitórias com V maiúsculo que a gente conhece são esses em que as comunidades estão muito empenhadas, organizadas.

Música

Dani: Neste oitavo episódio de Direitos Humanos no Brasil conversamos com Mauricio Correia, assessor jurídico da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, e Ariomara Alves da coordenação do Coletivo de Povos e Comunidades Tradicionais do Piauí sobre a importância da defesa jurídica e da organização das comunidades tradicionais no Cerrado.

Música

Dani: O podcast Direitos Humanos no Brasil é apresentado e produzido por Daniela Stefano. Música e mixagem de áudio: Luiz Mendonça.Narração da abertura e encerramento: Sergio Marone (Movimento Humanos por Direitos). Arte: Fábio Carvalho. Mídias sociais: Ana Rosa Carrara. Coordenação: Maria Luisa Mendonça . Um abraço solidário e até o próximo episódio.
encerramento com Sergio Marone